

## Sobre a privatização parcial das Águas do Porto

Tiago Barbosa Ribeiro

*Pelo acompanhamento que A Baixa do Porto tem dado à privatização das Águas do Porto, e mediante informação enviada ao seu autor, aqui fica um contributo para a discussão após a Assembleia Municipal do Porto de 21 de Novembro em que a maioria PSD/CDS aprovou a proposta do executivo.*

Os eleitos do PSD e do CDS aprovaram a privatização parcial da empresa «Águas do Porto» na Assembleia Municipal do Porto. Não se trata de qualquer concessão. É uma privatização que foi feita de forma potencialmente lesiva para os interesses da cidade, sem que os deputados municipais tenham obtido quaisquer garantias e esclarecimentos por parte do executivo.

A água, independentemente de qualquer posição ideológica, é um bem essencial, simultaneamente escasso e universal, impondo-se aí **fundamentadas salvaguardas na relação entre público e privado**. Para mais, no caso do Porto, falamos de um bem e de um recurso geridos pela única empresa municipal que tem resultados positivos e que os distribui ao município.

A proposta de privatização, associada a todas as outras que a Câmara levou à Assembleia Municipal (venda do Silo-Auto, concessão de parquímetros, ...) evidenciam a grande diferença entre a propaganda de uma autarquia que projecta uma gestão sem mácula e um executivo que a meio do seu último mandato evidencia uma incompreensível asfixia financeira, alienando património de forma compulsiva e apresentando à Assembleia Municipal propostas com um encaixe superior a 50M de euros, **condicionando de forma muito vincada as próximas décadas no município**.

Para além das outras concessões e alienações, a privatização das Águas do Porto **não tem qualquer legitimidade política**. Não foi sufragada por nenhum programa eleitoral e o programa eleitoral da actual maioria, há apenas 2 anos, indiciava precisamente o contrário que agora propõe.

Um processo como este implica **total transparência, abertura e escrutínio**. O PS procurou um debate sem demagogia nem populismo, entendendo que esta proposta necessita de um conjunto de esclarecimentos muito objectivos. Foram feitas **9 questões concretas** ao presidente da autarquia. Estranhamente, furtou-se às respostas. Aqui ficam para memória futura e para que os portuenses possam avaliar a seriedade deste debate:

1. Qual é a análise técnica em que se fundamenta **a avaliação do activo da empresa em 90 milhões de euros**? Não pode ser, certamente, o valor contabilístico do capital social.
  - 1.1. Se é essa a avaliação considerada justa como se explica a proposta de **alienação de 45% por um mínimo de 30 milhões de euros, com uma perda de valor de mais de 10 milhões de euros** (45% de 90 milhões de euros correspondem a um pouco mais de 40 milhões de euros)?
2. A concretizar-se a privatização parcial, será a empresa a manter o **encargo com a Caixa de Reformas e com a Casa de Pessoal**, ou esses custos serão assumidos pela Câmara?
3. Qual o investimento público efectuado na rede desde 2006, cujos resultados serão agora absorvidos pelo parceiro privado?
4. Qual o **valor estimado de consumo de água da Câmara** que será pago anualmente à empresa e que a partir de agora será contabilizado como custo da autarquia?
5. Para além de eloquentes intenções, o valor a obter pela eventual alienação será investido concretamente em que projectos no relativamente já curto período que falta para acabar este mandato?
6. A Câmara está em condições de assegurar a manutenção do enquadramento dos colaboradores da empresa municipal das Águas?
7. Está a Câmara em condições de detalhar de forma mais rigorosa como pretende **fazer cumprir os valores de investimento** previstos nos documentos concursais?

8. Está a Câmara disposta a **isentar dos aumentos da água acima da inflação os consumidores de muito baixo volume** (<5 m<sup>3</sup>/ mês) como medida de apoio social a vigorar transitoriamente?

9. Exercendo os membros do Conselho de Administração **funções não executivas**, como se justifica que a autarquia permita que elas **possam vir a ser remuneradas**?

A ausência de respostas a estas questões que consideramos razoáveis impediu uma avaliação rigorosa da proposta da maioria municipal. Podemos estar face a uma antecipação de receita de 30 milhões de euros feita a troco de uma operação que será muito mais onerosa para os cofres municipais.

A maioria PSD/CDS não quis esclarecer a cidade e os deputados municipais do PSD e do CDS não revelaram a independência necessária para um voto em conformidade. O PS, perante a falta de esclarecimentos e a falta de transparência de todo este processo, votou contra a proposta do executivo.

Tiago Barbosa Ribeiro

Membro da direcção do Grupo do PS na Assembleia Municipal do Porto

[www.facebook.com/PSAssembleiaMunicipaldoPorto](http://www.facebook.com/PSAssembleiaMunicipaldoPorto)